

HABEAS CORPUS Nº 501.176 - RJ (2019/0088461-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : SOLANGE DOS SANTOS (PRESO)

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. APREENSÃO DE 609,57 G DE MACONHA, EMBALADA EM 3 SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES E INCOLORES. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. ATENUANTE NÃO UTILIZADA PARA FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO. NARRATIVA DIVERSA DAS PROVAS COLHIDAS. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Solange dos Santos**, em que se aponta como autoridade coatora a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

No Processo n. 0008602-23.2015.8.19.0204, a paciente foi condenada à pena de 6 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão, em regime fechado, e 676 dias-multa, por ter sido incurso no art. 33, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, pela apreensão de 609,57 g de maconha, embalada em 3 sacos plásticos transparentes e incolores (fls. 24/34).

Em sede de apelação, a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu parcial provimento ao recurso, a fim de redimensionar a pena para 6 anos, 7 meses e 10 dias de reclusão, no regime fechado, e 676 dias-multa (fls. 45/52).

No presente *writ*, a defesa requer seja reconhecida a atenuante da confissão espontânea, diminuindo-se a reprimenda imposta.

Decisão deste Relator indeferindo a liminar (fls. 55/56).

Parecer ministerial opinando pela denegação da ordem (fls. 59/65).

É o relatório.

A defesa requer seja reconhecida a atenuante da confissão espontânea, diminuindo-se a reprimenda imposta. Na sentença, assim se manifestou o Magistrado, quando entendeu pela condenação da paciente (fls. 25/27):

[...] o conjunto probatório é contundente e não deixa qualquer dúvida quanto à atuação criminosa da ré no que diz respeito ao cometimento da conduta prevista no art. 33 c/c art. 40, III da Lei 11.343/06, valendo ressaltar, o depoimento dos agentes penitenciários foram claros e precisos no sentido de afirmar que a acusada trazia consigo, no interior de sua cavidade vaginal, 609,57 g (seiscentos e nove gramas e cinquenta e sete centigramas) de erva seca picada (maconha), embalado em 03 sacos plásticos transparentes e incolores, amarrados juntos, conforme laudo de fls. 86/v, com a intenção de ingressar no Complexo Penitenciário de Gericinó.

Dessa forma, a MATERIALIDADE do delito restou demonstrada pelas provas dos autos, notadamente o laudo prévio de exame entorpecente de fls. 02/v e pelo laudo definitivo de fls. 86/v, que atestaram a natureza a natureza entorpecente da substância apreendida no auto de apreensão de fls. 16.

No tocante à autoria, a dinâmica delituosa perpetrada pela ré restou plenamente esclarecida, já que as testemunhas de acusação, agentes penitenciárias, ouvidas em juízo sob o crivo do contraditório, confirmara o fato descrito na denúncia, narrativa esta que encontra-se em plena harmonia com os depoimentos prestados em sede policial.

Conforme narrado pelas agentes penitenciárias, REJANE DA SILVA e JAQUELINE DA PENA MARTINS, no dia dos fatos, a acusada entrou na sala de revista corporal muito nervosa, em atitude suspeita, juntamente com sua netinha.

No ato da revista, indagaram a acusada se estaria na posse de algum material ilícito e diante de sua resposta negativa, foi encaminhada ao setor de scanner.

Após o procedimento, constatou-se a existência de um corpo estranho ao seu organismo, sendo conduzida a revista corporal a acusada por meios próprios retirou o invólucro de sua vagina, sendo constatado tratar-se de material entorpecente, não se recordando, contudo, se a mesma no momento da apreensão teria ou não mencionado que sua intenção seria a entrega da droga para o seu filho, bem como se a mesma teria dito que se sentiu ameaçada.

A acusada SOLANGE DOS SANTOS, em Juízo, indagada respondeu que seriam parcialmente verdadeiros os fatos imputados na denúncia, já que no dia do ocorrido teria ido ao banheiro próximo à entrada do presídio, juntamente com sua netinha e quando retornava à fila para adentrar no estabelecimento prisional, percebeu que sua neta tinha deixado seu 'paninho' no banheiro, motivo pelo qual retornou com à mesma até aquele toalete.

Esclareceu que no momento em que retornou ao sanitário, encontrou duas mulheres naquele ambiente e ao abrir um dos compartimentos individuais para suas necessidades fisiológicas, visualizou um tablete. Afirmou que ao perceber tratar-se de material entorpecente, não hesitou em deixar aquele ambiente rapidamente, sendo perseguida por uma das mulheres que também se encontravam no interior do banheiro.

Neste momento, tentando se esconder, adentrou na fila em direção à cadeia,

quando a referida senhora conseguiu lhe alcançar, indagando da mesma se não aceitaria receber uma quantia em dinheiro para adentrar com drogas que tinha visto no banheiro para o interior do presídio, acrescentando que se alguém ficasse sabendo da existência do material entorpecente, seu filho sofreria consequências no interior da prisão.

Ao final, esclareceu que antes mesmo de passar no scanner, retirou o invólucro de drogas na parte detrás de seu sutiã, entregando-o as agentes que efetuaram sua prisão. Aduziu não ter mencionado qualquer fato em sede policial e também não ter explicitado os fatos às agentes, porque no ato da abordagem, próximo ao setor de scanner, havia três presos faxinas o que a fez temer pela vida dos seu filho que se encontra no interior do cárcere.

É firme o entendimento jurisprudencial, inclusive dos Tribunais Superiores, acerca da licitude da condenação baseada nos depoimentos dos agentes da lei (fls. 25/27) [...]

No caso, não há como ser reconhecida a confissão, pois, pelo que constou da sentença, a ré disse que estaria com a droga sob coação, ou seja, alguém no banheiro teria lhe oferecido dinheiro para entrar com a droga no presídio. Verifica-se que o Magistrado relevou os depoimentos das agentes penitenciárias para firmar o seu convencimento, especialmente os prestados por aquelas que fizeram a revista na apenada. Não se tratou de confissão parcial, pois a narrativa da paciente foi contrária às provas colhidas durante a instrução criminal, ou seja, não elucidou os fatos.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator